

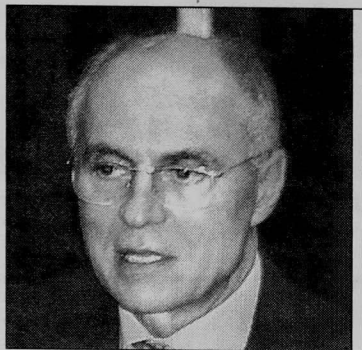
Quais são as idéias de Alckmin?

09 ABR 2006

Senado Federal

EDUARDO SUPLICY

SENADOR (PT-SP)



O candidato do PSDB dá apenas pistas do que pretende fazer na economia

sua posição não parece divergir da do governo Lula.

Cabe ressaltar um ponto que diz respeito aos programas de transferência de renda. O presidente Lula, em 2004, sancionou a Lei 10.835 que institui gradualmente a Renda Básica de Cidadania, iniciando pelos mais necessitados, até que todos os residentes no Brasil tenham o direito a uma renda básica, na medida do possível suficiente para atender suas necessidades vitais. A lei foi aprovada por todos os partidos, inclusive o PSDB. É natural, portanto, que todos os candidatos a presidente estejam preparados para a sua implementação.

Como boa parte dos presidentes e presidenciáveis brasileiros, Geraldo Alckmin declara-se também cativado pelas teses desenvolvimentistas, e invoca repeti-

damente o ex-presidente Juscelino Kubitschek como modelo ou referência. Fala em crescimento, geração de empregos, redução das taxas de juro, depreciação cambial. No campo da gestão pública, usa expressões como “choque de eficiência” ou “choque gerencial”. Promete colocar “todas as reformas na mesa na primeira semana” e destaca a tributária.

Ninguém pode ser contra esses princípios genéricos. Mas quanto às reformas, é mais fácil falar delas do que colocá-las em prática, como mostra a experiência dos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula, por exemplo. De qualquer maneira, fica a dúvida: qual é a reforma tributária que o candidato Alckmin tem em mente?

A ênfase na questão do déficit fiscal indica a matriz conservadora do pensamento econômico do ex-governador. Ele chega ao ponto de condicionar a redução das taxas de juro a uma política de ajuste fiscal. O que significa isso exatamente? Na entrevista o ex-governador registrou o fato de que temos déficit público nominal. Será que ele entende que o ajuste fiscal deveria zerar o déficit público? E que isso seria pré-condição para a diminuição mais substancial das taxas de juro praticadas no país?

Se for esta a posição do ex-governador, é preciso que ele saiba que ela está longe de ser consensual entre os economistas brasileiros. Para situar o debate é importante saber em que ponto estamos depois de anos seguidos de ajuste fiscal e elevados superá-

JORNAL DO BRASIL

vits primários, processo que começou no final do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, em 1998, e continuou até hoje. Em 2005, por exemplo, o superávit primário de todo o setor público (União, estados, municípios e empresas estatais) alcançou 4,8% do PIB, um nível recorde. Como a carga de juros chegou a 8,1% do PIB, em razão das altas taxas de juro em vigor, o déficit nominal foi de 3,3% do PIB. Um déficit de 3% do PIB não chega a ser alto para padrões internacionais. Em 2005, o déficit orçamentário médio na área do euro, por exemplo, foi de 2,9% do PIB. Nos EUA, 3,7% do PIB. No Japão, 6,5% do PIB.

Com taxas de juro menores, diminuiriam as despesas com juros da dívida interna. Essa queda ativaria a economia, ao estimular os investimentos e o consumo. Isso elevaria a capacidade de produção e a oferta de bens e serviços, contribuindo para a estabilidade de preços e a geração de empregos. O que traria também, indiretamente, benefícios adicionais às contas públicas, porque o crescimento do produto e da renda aumentaria a base de arrecadação de tributos – sem aumento da carga tributária – e reduziria automaticamente despesas como a do seguro desemprego, por exemplo.

Minha intenção é dar partida a um debate econômico e político para que o eleitor brasileiro tenha noção das opções que se apresentam nas eleições deste ano. Espero que esse debate seja realizado no campo das idéias e no mais alto nível.

A campanha presidencial já começou. Grande parte do debate político entre o governo e a oposição está se dando no plano da ética, no campo da troca de denúncias e contra-denúncias de irregularidades, corrupção e desvio de recursos públicos. Isso é inevitável e saudável nas circunstâncias em que se encontra o país. Menos atenção tem recebido os programas dos candidatos e pré-candidatos. O que pretendem propor ao país aqueles que desejam ser eleitos para a Presidência da República?

O candidato do PSDB e ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, na entrevista publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 19 de março, passa a impressão de que só agora está tomando pé de alguns assuntos fundamentais, tateando em questões cruciais. Alckmin dá apenas pistas do seu pensamento e do que pretende fazer em matéria de política econômica, social e externa. Crítica o PT e o governo Lula por não ter projeto “com começo, meio e fim”, mas não deu, até agora, sinais de que ele mesmo tenha um projeto claro e definido.

Mas já temos elementos para iniciar um debate. Começemos pelos lados positivos. O ex-governador defendeu, por exemplo, o programa Bolsa-Família, dizendo que as políticas de complementação de renda são corretas. Declarou-se favorável à autonomia operacional do Banco Central, que é a situação atual, mas disse que não considera prioritária a autonomia formal da autoridade monetária. Nesses aspectos, a